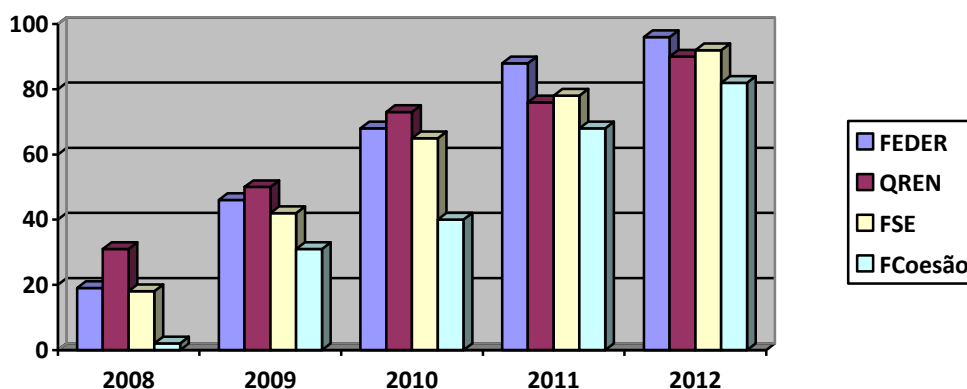


FUNDOS EUROPEUS PARA AS INDEMNIZAÇÕES AOS ESPOLIADOS

Aqui deixamos alguns comentários inspirados por este índice publicado pelo boletim informativo Nº 18, do QREN, reportado a 31/12/2012, com o título “Taxa de compromisso por fundos”, começando por dispor os números que representam percentagens da eventual utilização de forma mais compreensiva:

	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12
FEDER	19	46	68	88	96
QREN	31	50	73	76	90
FSE	18	42	65	78	92
FCoesão	2	31	40	68	82



Taxa de compromisso representa “Valor do Fundo associado a operações aprovadas / Valor do fundo comunitário programado”, o que não se considera definitivo porquanto poderão ocorrer alterações, tais como, desistências, revogações, candidaturas anuladas por iniciativa do beneficiário ou por incumprimento legal, etc., etc..

No mesmo período, existe o índice da “**Taxa de execução por Fundos**” que regista, em 31/12/2012, os seguintes números finais, **bem mais realistas**:

- **FSE** - Fundo Social Europeu **64 %**
- **QREN** – Quadro de Referência Estratégico Nacional **57 %**
- **FEDER** – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ... **56 %**
- **FC** – Fundo de Coesão **46 %**

Não mantemos ilusões: Todos estes fundos têm o seu regulamento específico que deverá ser cumprido rigorosamente, sob fiscalização da Comissão Europeia e Inspeção-geral de Finanças, não contemplando o problema das indemnizações aos espoliados do ultramar.

Provavelmente, porque até hoje os negociadores portugueses não se preocuparam com o problema, por lhes faltar a percepção do impacto positivo que uma solução via CE, significaria para a economia portuguesa e também falta de sensibilidade face à grave ofensa aos direitos humanos praticada com a descolonização.

Lendo o relatório do QREN relativo a 2012, ficamos a saber que a atribuição dos Fundos não é rígida pois verificam-se alterações quando solicitadas, justificadas e autorizadas.

O que vivamente se sugere aos poderes políticos portugueses é uma negociação com a CE que permita (1) a reafecção dos saldos finais que vierem a verificar-se a um **Fundo Especial** para resolução deste nosso problema que se arrasta há 38 anos, (2) ou em alternativa, um **Fundo Próprio** em benefício das mais de 100 000 famílias que perderam todos os bens com a descolonização.

Este apelo, que vimos repetindo há dois anos, justifica-se por o sacrifício dos espoliados ter permitido a entrada de Portugal na CEE e estar na génese da formação da tão propalada Lusofonia, atualmente empenho político português. Com a absoluta certeza de que além de remediar uma grande lacuna humanitária, seria bem mais benéfico para a economia portuguesa do que as pontes e autoestradas sem movimento, projetos de redes ferroviárias, hotéis elefantes-brancos, etc., etc., absorvedores de Fundos nos últimos anos.

EXEMPLOS DE UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS EUROPEUS

Ao que parece, os estados membros da União Europeia têm pouca influência na atribuição dos Fundos, pois, como explica Stephen Booth, diretor de investigação da Open Europe, "Esse dinheiro dos contribuintes europeus pode ser gasto de formas que merecem a desaprovação dos governos, o que ilustra a falta de responsabilidade que está inerente ao orçamento de solidariedade da União".

Barbados recebeu uma doação de dois milhões de euros para o Hotel Pom Marine, construído para formar sommeliers, chefs e maître d's, tendo esta tão generosa contribuição saído dos 12,2 biliões de euros do orçamento da União Europeia destinado à solidariedade.

Na verdade, Barbados está reconhecido como um país "desenvolvido", em melhor situação económica do que estados-membros como a Bulgária, a Roménia e a Letónia.

Os números da própria União Europeia mostram que apenas 35% da ajuda é dirigida aos mais necessitados. O que não significa que venha a ser mal direcionada, como aconteceu com um milhão de euros entregues ao L'Oasis de Noria, um parque aquático para a classe alta, com 1000 apartamentos e vivendas, restaurantes, um campo de ténis, outro de golfe c. 18 buracos e um spa. Será uma forma original de ajudar os pobres agricultores marroquinos? Pretendemos com estas informações, recolhidas de um artigo assinado por Tim Bouquet e publicado nas Selecções de Julho 2013, levar até aos espoliados de Angola e Moçambique uma ideia do trabalho que devemos exigir aos deputados portugueses por nós eleitos para Bruxelas, na defesa das indemnizações pelos bens perdidos (economias de muitos anos de trabalho) com a atabalhoada descolonização, tão do agrado dos iniciais 12 membros da C E E.

